

Os “políticos de Cristo” – uma análise do comportamento político de protestantes históricos e pentecostais no Brasil¹

LEONILDO SILVEIRA CAMPOS²

“Fé cristã e dedicação ao povo é a marca dos candidatos evangélicos (...) Os candidatos evangélicos são pessoas escolhidas e não indicadas, são homens e mulheres de Deus, com Jesus Cristo no coração, cheias do Espírito Santo.”
(*Folha Universal*, 9-6-1996, cad. 1, p.7)

Introdução

O protestantismo que chegou ao Brasil a partir de 1860, trazido por missionários norte-americanos, considerava ser sua meta principal fazer prosélitos sem com isso se envolverem com questões políticas. Conseqüentemente, essa mensagem fez surgir posturas escapistas e sectárias, gerando uma mentalidade que acreditava ser possível a fuga e a negação da sociedade, especialmente das lutas políticas, um espaço então tido como “sujo” e “indigno” dos “verdadeiros crentes” que não deveriam dar “pérolas aos porcos”. Muitas vezes esse era um comportamento de uma minoria ainda marcado pelo espírito de seita, daí a demora dos protestantes em participar do jogo político-partidário no Brasil.³

¹ Texto preparado para o GT Religião e Sociedade, XXVI ANPOCS, Caxambu, outubro de 2002.

² O autor é professor no Curso de Pós-Graduação em Ciências da Religião na Universidade Metodista de São Paulo, autor de *Teatro, templo e mercado: organização e marketing de um empreendimento neopentecostal*, Petrópolis, São Paulo, Vozes-Simpósio-Umesp, 1997.

³ Segundo Antonio Gouvêa Mendonça (*O celeste porvir: a inserção do protestantismo no Brasil*, 2ª ed. São Paulo, ASTE, 1995) esse protestantismo foi largamente influenciado pelos movimentos reavivacionistas dos EUA, com a sua carga antiintelectualista e por uma “teologia cansada de Guerra”, fruto das lutas do período abolicionista, que dividiu não somente o país, mas também as denominações religiosas. Contudo, nunca houve uma plena despreocupação política dos presbiterianos brasileiros do século XIX e quando havia esta refletia interesses dos proprietários de terras e das classes urbanas vinculadas por o republicanismo, maçonaria e anticleros católico. Alguns exemplos disso podem ser colhidos no mais antigo jornal evangélico brasileiro, *Imprensa Evangélica* (7/10/1871 e 3/10/1874). Por exemplo, no decorrer das lutas abolicionistas esse jornal chamou a atenção do governo imperial para as conseqüências que uma abolição rápida da escravidão negra traria para a economia brasileira, nessa mesma oportunidade defendeu o projeto de substituição da mão de obra negra pela do imigrante estrangeiro, que era desenvolvida pelo então. Alguns anos depois, (*Imprensa Evangélica* 1/10/1881, p.320) publicou-se um manifesto do partido republicano que pedia liberdade religiosa. Mas, nesse jornal o anti-catolicismo era tanto que problemas políticos do país eram freqüentemente associados com o catolicismo e o papado, o grande causador das dificuldades culturais, econômicas e políticas do país.

Neste texto revisitamos pesquisas anteriores sobre o comportamento de protestantes e pentecostais brasileiros, acrescentando novos fatos e interpretações, à luz de recentes alterações no campo religioso brasileiro. Assim, abordamos na primeira parte o itinerário histórico marcado pelo aparecimento de dois tipos ideais, à moda weberiana: a passagem do “político evangélico”, que usava simplesmente as denominações evangélicas para produzir votos que os elessem e depois procuravam defendê-las na fronteira política, até a chegada do “político de Cristo”, que a nosso ver se constitui um novo ator político-religioso, pois empresta a sua personalidade para ser usada como um instrumento da confissão religiosa que o escolheu candidato e fez dele o seu defensor na fronteira política. Esse novo agente nada é sem a organização e a esfera política que o escolheu candidato. Daí o convite para uma visita, em segundo lugar, ao berço do “político de Cristo”, aonde procuramos descrever, pelo menos sumariamente como, particularmente na Igreja Universal do Reino de Deus, um “político de Cristo” é gestado. Em terceiro e último lugar, iremos retomar a maneira macro-política da IURD atuar nas campanhas eleitorais para presidente da república no Brasil, desde 1989.

1. De “político evangélicos” a “político de Cristo”

Os primeiros “políticos evangélicos” começaram a aparecer no tempo da república velha, em algumas pequenas cidades brasileiras ou em alguns poucos Estados da federação. Eles eram em sua maioria pertencentes a uma segunda geração de evangélicos e muitos faziam parte de famílias de grandes sitiantes ou fazendeiros, e se tornaram deputados, prefeitos e vereadores evangélicos, antes mesmo dos anos 30, quando se elegeram os primeiros deputados federais evangélicos. Podemos citar alguns exemplos deles: em 1902, Francisco Augusto Pereira, um rico fazendeiro de café, convertido ao presbiterianismo, foi prefeito de Lençóis Paulista, SP; Ernesto Luiz de Oliveira, engenheiro e pastor da Igreja Presbiteriana Independente, em Curitiba, foi Secretário da Agricultura do Paraná; Luiz Alexandre de Oliveira, batista, foi deputado federal por Mato Grosso; Rev. Antonio Teixeira Gueiros, pastor da Igreja Presbiteriana, foi vice-governador do Pará, tendo a família Gueiros obtido enorme prestígio político em vários estados nordestinos, até os tempos da ditadura militar (1964-1985); o ex-pastor presbiteriano e batista, Ephigênio de Sales, foi governador do Amazonas e senador; João Café Filho, vice-presidente de Getúlio Vargas, em 1954, era filho de presbiterianos independentes do nordeste brasileiro; Natanael Cortez, pastor

presbiteriano e rico fazendeiro no Ceará ocupou importante papel na política daquele Estado; do Rio Grande Sul, da Igreja Metodista Central de Porto Alegre, despontou para a política o jovem engenheiro Leonel Brizola. Em São Paulo, no final dos anos 40, surgem na Câmara Municipal, nomes de evangélicos que depois se tornariam conhecidos como deputados estaduais ou federais, entre outros: Camilo Ashcar e Lauro Monteiro da Cruz.

Porém, a maioria desses políticos foi eleita em função do capital econômico ou simbólico acumulado por suas famílias ou por eles mesmos. Muitas deles eram protestantes de segunda ou de terceira geração, filhos de famílias que se destacaram por serem fazendeiros ou novos ricos oriundos do comércio, pessoas que podiam dar uma educação superior aos seus filhos. Cabe também ressaltar que não havia ainda estratégias corporativistas, fundamentadas em condições objetivas de que os evangélicos poderiam eleger os seus representantes, embora já houvesse em alguns a aspiração política, fato ao qual João do Rio fez referência em um seu texto famoso.⁴

Todavia, os primeiros evangélicos eleitos para cargos representativos e executivos surgem apenas nos anos 30 um período de mudanças revolucionárias na política brasileira, que marcou a ascensão da classe operária e da baixa classe média urbana. Dessa crise do projeto das elites de se construir um estado republicano fundado nos grandes proprietários de terra e do aparecimento de alternativas fascistas e comunistas, levou os evangélicos a se movimentarem, especialmente com vistas às eleições para a Constituinte de 1934, quando então se elegeu em São Paulo, o pastor metodista Guaracy Silveira, deputado federal, iniciando-se assim uma fase de uma participação mais organizada dos protestantes brasileiros em âmbito municipal, estadual e federal.

A campanha para aquela constituinte, convocada por Vargas logo após a revolução constitucionalista de 1932, levou os católicos a se articularem ao redor das Ligas Católicas. Em São Paulo, um velho médico presbiteriano independente, descendente de paulistas “quatrocentões” por um lado e de ingleses de outro, Nicolau Soares do Couto Esher, liderou a lado de outros uma associação de protestantes com fins políticos: “União Cívica Evangélica Paulista”, cuja legenda “Liberdade e Justiça” esperava obter entre os 15 mil evangélicos do Estado o quociente mínimo de 6.949 votos e 12.166, respectivamente para deputado estadual e federal. No entanto, o pastor presbiteriano

⁴ João do Rio, *As religiões no Rio*, p. 104, faz referência a um pastor da Igreja Evangélica Fluminense, que sonhava em ocupar um lugar na câmara dos deputados e um outro pastor que garantia estar chegando o tempo em que haveria na “representação nacional um deputado evangélico”.

Miguel Rizzo Jr. obteve somente 3.533 votos. Em um artigo de desabafo, Esher escreveu que os evangélicos não elegeram nenhum de seus candidatos (ele omite Silveira, acima mencionado), mas que por tabela acabaram por ajudar a eleger nove liberais, que não eram evangélicos mas que poderiam defender a liberdade ansiada pelos protestantes. Mas, em seu desabafo escreveu o veterano Esher, que já fora uma vez candidato a senador:

[elegemos] cinco padres, sem contar os jesuítas de casaca, todos os inimigos fidalgos do protestantismo e das nossas liberdades! E não temos um único candidato evangélico para defender os nossos ideais na Constituinte! É uma tristeza que constrange os nossos corações; e os resultados funestos desta situação em breve se manifestarão na Constituinte.”⁵

Assim, o divisionismo dos protestantes sempre foi um forte argumento para explicar as dificuldades políticas dos evangélicos, um argumento repetido nos últimos 70 anos, que acabou por causar o surgimento de uma ideologia que se encontra por detrás da construção de um “povo evangélico”.⁶

A constituição, nascida da constituinte de 1934, todavia foi suspensa com o golpe de 1937, quando então o país entrou em um período de mais oito anos de ditadura varguista. No final de 1945, terminada a guerra na Europa, caiu Getúlio e uma nova constituinte foi convocada. Dessa vez os evangélicos tentaram obter uma plataforma mais unida. Um leitor de *O Expositor Cristão* escreveu sugerindo que os evangélicos lançassem nos estados candidatos únicos e votação concentrada.⁷ Porém, venceram as disputas denominacionais e novamente foi reeleito apenas o metodista Guaracy Silveira. Havia contudo, mesmo dentro da Igreja Metodista, uma forte resistência à participação de pastores nas campanhas eleitorais. Um artigo, no mesmo jornal metodista registrou: “A candidatura de pastores, sustentadas ou não por organizações evangélicas de ação política, deveria ser evitada ou, ao menos, não deveria ser promovida.” Em outras palavras: o “político de Cristo” preferencialmente não deveria ser um pastor. Por qual motivo? Segundo o articulista porque o pastor está destinado a exercer a sua vocação religiosa e depois o seu envolvimento nas lutas partidárias poderia ser desastroso para a congregação local. De acordo com o ponto de vista do articulista faltavam pastores no

⁵ Nicolau S. C. Esher, As eleições de 14 de outubro, in *O Expositor Cristão*, 13/1/35, p.7

⁶ Um outro exemplo disso apareceu em *O Estandarte* (15/6/63) aonde em editorial o responsável pelo jornal presbiteriano independente procurou convocar a sua denominação a participar de uma aliança para colocar representantes evangélicos nas câmaras municipal, estadual e federal.

⁷ Artur de Campos Gonçalves, *O Expositor Cristão*, 20/12/45.

campo devendo-se por isso mesmo, haver a indicação de um “crente leigo” como candidato.⁸

Mas o que se esperava do “político evangélico” naquele contexto de enorme desconfiança com relação a Igreja Católica? O político eleito pelos crentes deveria se opor à sede de poder que a Igreja Romana estaria demonstrando desde a revolução de 1930, quando houve uma recuperação de alguns poderes perdidos com a separação entre Estado e Igreja, em 1889, quando um golpe militar implantou a República no Brasil. Como exemplo desse anti-romanismo podemos citar artigos publicados pelo jornal *O Expositor Cristão*, em que o pastor presbiteriano de Bauru, Gutenberg de Campos, depois deputado estadual, refutava as críticas da Liga Eleitoral Católica ao candidato à presidência da república, brigadeiro Eduardo Gomes, um militar bem visto pelos evangélicos de então. Nesse artigo condenava-se também o que se chamava de “influência clerical na constituinte de 1946”.⁹

Mesmo com esse clima anticatólico, o pastor metodista, Guaracy Silveira¹⁰ reconhecia ter sido eleito com votos de evangélicos e de não-evangélicos, motivo pelo qual ele escreveu em sua carta de agradecimento pela sua eleição em 2/12/1945, as seguintes palavras:

“Na Câmara Federal defenderei o programa de meu partido [PTB] e, de acordo com ele, combaterei tudo quanto seja preconceito de religião (...) ninguém espere, entretanto, de mim, uma *fobia anticatólica* nas pugnas parlamentares (...) *as forças constituintes do cristianismo devem unir-se, respeitando umas as outras*” (os grifos são nossos).

Talvez, por causa desse perfil mais liberal é que o reverendo Guaracy Silveira teve problemas de relacionamento com muitos metodistas e evangélicos, que gostariam de que o pastor, eleito com votos de não-evangélicos, por um partido então comprometido com o varguismo, fosse mais ligado à ideologia dos evangélicos. No último número do jornal *O Expositor Cristão* antes das eleições, o editor do jornal colocou sobre a

⁸ “Os evangélicos e o momento político”, *O Expositor Cristão*, 20/12/45.

⁹ Gutenberg de Campos, *O Expositor Cristão*, 2/5/1946. Nesse mesmo jornal há reprodução de um telegrama enviado ao novo presidente da república, Marechal Eurico Gaspar Dutra pela Confederação Evangélica do Brasil contendo protesto contra o uso de verbas e terrenos públicos para financiar despesas da Igreja Católica na construção de templos e viagens de prelados à Roma. *O Expositor Cristão*, 22/11/45, p. 4 trouxe a reprodução de um artigo do líder presbiteriano do norte, patriarca dos Gueiros, sob o título “O que os evangélicos devem saber sobre o brigadeiro Eduardo Gomes, a bem da verdade”, no qual o reverendo Gueiros rebate as informações de que Gomes, no Recife teria mandado prender soldados protestantes que não queriam assistir uma missa católica. De uma maneira retórica e pouco lógica Gueiros termina o seu texto, uma propaganda da candidatura que era tida como vencedora até na véspera do pleito e foi derrotada: “respeito pleno à verdade. Horror e repulsa à mentira do boato! E nada de paixão partidária na Igreja de Cristo”.

¹⁰ Guaracy Silveira, Mensagem de Agradecimento, *O Expositor Cristão*, 7/2/46, p. 2.

fotografia dos dois candidatos metodistas uma observação dando conta de que a publicação daquelas fotos e do currículo dos candidatos não significava uma intromissão da igreja na política.

A participação mais planejada dos evangélicos na política ganhou corpo após a segunda guerra mundial, entre os protestantes históricos de São Paulo e do Rio de Janeiro. Como consequência dessas estratégias, nos anos 50 e 60 tomaram parte na política da cidade de São Paulo leigos evangélicos como Camilo Aschar e Osny Silveira, advogados, Lauro Monteiro da Cruz, médico e Carlos René Egg. Já os pentecostais demoraram um pouco mais de tempo, pois somente nos anos 60 puderam eleger os pastores Levy Tavares e Geraldino dos Santos, da Igreja Pentecostal “O Brasil para Cristo”, respectivamente deputado federal e estadual. Muitos desses políticos continuaram atuantes nos primeiros anos do período militar, mas surgiram outros, mais anticomunistas, alinhados ao regime militar, entre outros: Rafael Gioia Jr., Fausto Rocha e Ivan Espíndola de Ávila, os dois primeiros radialistas, de crença batista. Agora, dentro desse novo quadro, ser um “político evangélico” era mais do que ser anticatólico,¹¹ era preciso ser ferrenhamente anticomunista.¹²

Depois dessas primeiras gerações de “políticos evangélicos”, surgiu uma nova leva de políticos eleitos pelos protestantes para a Constituinte de 1988, os quais foram estudados por Paul Freston.¹³ Dentro desse grupo houve alguns parlamentares evangélicos de esquerda, entre outros Lysânias Dias Maciel e Benedita da Silva. Porém, focalizaremos neste texto, não aqueles e sim os políticos dos anos 90, cuja performance,

¹¹ Todavia, esse anticatolicismo ainda continuava, pois *O Estandarte* de 15/11/64 reproduzia telegrama de protesto do deputado estadual da IPI, Carlos René Egg, encaminhado ao presidente-militar Castelo Branco e aos presidentes do Senado e Câmara Federal, por causa do pedido feito pelo Episcopado católico brasileiro, de concessão de quase 108 milhões de cruzeiros, para atender as despesas dos bispos que compareceram ao Concílio Vaticano II.

¹² O anticomunismo sempre foi um ingrediente significativo do comportamento dos evangélicos brasileiros. O golpe militar, no entanto, ofereceu uma nova situação para os “políticos evangélicos” desejosos de ascensão nos quadros dirigentes do país pós-1964. Nesse sentido, o telegrama enviado pela liderança evangélica, articulada ao redor da Confederação Evangélica do Brasil, ao novo general-presidente, em 1964, é muito significativo: “*Exmo. Sr. Mal. Humberto de Alencar Castelo Branco. Digníssimo Presidente da República. A Confederação Evangélica do Brasil entidade representação pública e ação conjunta Igrejas Evangélicas saúda Vossa Excelência motivo posse alto cargo primeiro magistrado nação vg formulando votos a Deus continua assistência divina ao Governo de Vossa Excelência vg iluminando caminho reconstrução cristã democrática nossa pátria vg assegurando direitos do homem vg promovendo justiça social e bem estar povo vg defendendo soberania nacional vg cristianizando desenvolvimento sociedade brasileira vg conduzindo Pátria alto destino concerto nações livres vg sentido em que Vossa Excelência terá constante apoio moral e leal cooperação cristãos evangélicos. a) Amantino Adorno Vassão, presidente; Rodolfo Anders secretaria geral*”.

¹³ Cf. Paul Freston, *Evangélicos na política brasileira: História ambígua e desafio ético*, Curitiba, Enconção, 1994; Paul Freston, *Protestantes e política no Brasil: Da Constituinte ao Impeachment*, Tese de doutoramento, Universidade de Campinas, 1993.

atuação e discurso de legitimação passou a se valer de uma “escolha divina” intermediada pela Igreja. São para esses políticos que optamos por colocar-lhes o nome de “políticos de Cristo”.

Essa nova geração de políticos evangélicos nasceu em um contexto de crescimento da presença pentecostal no Brasil, que fez os evangélicos pentecostais saírem do território marginalizado em que se situavam, para assumir uma atuação mais sistemática e calculada no panorama político.¹⁴ Assim apareceram as “bancadas evangélicas”, formadas pelos “políticos de Cristo” de origem pentecostal, possibilitando reforçar o velho sonho sectário: *eleger um Presidente da República evangélico*. Trata-se, porém, de um sonho com lastro messiânico-milenarista, no qual há sempre o “salvador da pátria”, no caso, um “político de Cristo”, o qual iniciará uma “nova estirpe” elitista, da qual Garotinho, ex-governador do Rio, seria em 2002 a “bola da vez”. Em São Paulo, nesse mesmo ano, dois políticos pentecostais disputam o cargo de governador do Estado: Lamartine Posela, pelo PMDB e Carlos Apolinário, um ex-deputado estadual e federal, cuja coligação de micro-partidos adotou o slogan “São Paulo nas mãos de Deus”, tentando repetir o sucesso de Francisco Rossi, que chegou ao segundo turno na eleição para governador em 1994, sendo derrotado por Mario Covas, a despeito da conhecida canção “segura nas mãos de Deus e vai...”. Parece tornar-se cada vez mais visível, nos projetos políticos, o anseio registrado por Paul Freston, de um líder da Assembléia de Deus que desabafou: *“somente os eleitos de Deus devem ocupar os postos-chave da nação”*. De onde vem essa legitimidade pouco imaginável há 30 anos, que advoga o direito de seitas e denominações de exercerem uma espécie de teocracia sobre a sociedade civil?

Assim foi surgindo o hábito dos novos pentecostais de classificar ou de nomear seus seguidores, membros de grupos específicos, colocando após o substantivo o adjetivo “*de Cristo*”, obtendo-se assim uma melhor visibilidade de sua presença no cenário social. Dessa forma surgiram os “atletas de Cristo”, os “homens de negócios do evangelho pleno”, os “militares evangélicos”, “os homens de Deus” e os “políticos de Cristo”. Que perfil têm esses políticos? De que maneira eles se contrapõem aos antigos

¹⁴ O Censo do IBGE, de 2000, mostrou que o número de católicos no Brasil caiu de 83,8% em 1991 para 73,8% em 2000, havendo um decréscimo de 11,9%. Já a população evangélica pulou de 9,1% para 15,5% nesse mesmo período. Em números absolutos, em 2000, havia 125 milhões de católicos, contra 26 milhões de evangélicos e 12 milhões de “sem religião”. Desses 26 milhões de evangélicos 17,6 milhões eram pentecostais, desse total 8,1 milhões pertenciam à Assembléia de Deus, enquanto a Igreja Universal do Reino de Deus, segundo o IBGE, apresentou um crescimento naqueles nove anos de 646%. Sem dúvida, o crescimento da bancada evangélica na Câmara precisa ser vista à luz desse crescimento, ao lado de um trabalho articulado de seu líder político, o bispo-deputado Rodrigues (PL-RJ).

“políticos evangélicos”? Que mecanismos são empregados pela Igreja Universal para a fabricação do “político iurdiano”?

2. A fabricação de um “político de Cristo” – o berço do “herói”

A inserção neopentecostal na política não é uma novidade inaugurada no Brasil pela Igreja Universal do Reino de Deus. Contudo suas formas de fazer política trazem novidades e provocaram alterações perceptíveis no comportamento político dos pentecostais brasileiros. Daí a necessidade de se averiguar *quando, onde e porque* houve esse salto de qualidade, no sentido hegeliano da palavra, que se consubstanciou na troca de um modelo de comportamento marcado pelo afastamento da política, por um outro mais integracionista, cujo modelo produz um novo ator no mundo da política: “político de Cristo”.¹⁵

É claro que durante muito tempo esse comportamento evasivo foi até incentivado pelas elites latino-americanas, às quais interessavam governar sozinhas o destino de seus respectivos países. Nesse quadro, qualquer atitude evasiva era legitimação ou atestação. Pinochet, por exemplo, se aproximou no Chile dos pentecostais, porque uma parte deles apoiou diretamente o golpe militar e a outra se omitiu, restando apenas a uma insignificante minoria pentecostal, manter atitudes contestatórias. Interessa também a Pinochet se opor às estratégias anti-golpistas da Igreja Católica chilena.¹⁶

¹⁵ Um caso notável de “fabricação” de um político de Cristo aconteceu nas eleições para deputado estadual em São Paulo, em 1998, quando a Igreja Universal do Reino de Deus fez de um desconhecido obreiro seu, cujo nome sequer era apresentado por inteiro – Faria Jr -, no deputado mais votado de todos os integrantes da Câmara dos Deputados. Uma das técnicas, além da exposição do candidato na mídia da Igreja (emissoras de TV e de rádio), apareceu várias vezes no então programa popular do Ratinho, na TV Record, onde era visto entregando cestas básicas e cadeira de rodas para os necessitados. Faria Jr. gravou uma fita de vídeo com 21’50” de duração, que teve milhares de cópias distribuídas na porta dos templos evangélicos de São Paulo. No conteúdo da fita Faria Jr. foi apresentado como um “empresário de sucesso”, um “homem de Deus”, portador de “uma fé inquebrantável”. Personagens famosos como Ana Maria Braga, Gilberto Barros Filho (apresentador de Cidade Alerta), Edir Macedo, e outros, apresentavam depoimentos recomendando o voto no novo “político de Cristo”. O número do candidato, 15.123, para facilitar a memorização foi apresentado como “é fácil de lembrar, vote em 15.123, um do Pai, dois do Filho e três do Espírito Santo”. A fita terminava recomendando que fosse copiada e oferecida aos amigos, ao contrário de todas as fitas de vídeo comercializadas em que se recomenda o famoso “é proibido copiar”.

¹⁶ O sociólogo chileno Cristian Parker não analisa, como esperávamos, em seu estudo sobre a religião popular no Chile (Cristian PARKER, *Otra lógica en América Latina: Religión popular y modernización capitalista*, Mexico, Fondo de Cultura Económica, 1993) a relação dos cristãos com o regime de Pinochet. Contudo, esse tema é explorado num outro texto de sua autoria, publicado em 1990. Cf. Cristian PARKER, El aporte de la Iglesia a la sociedad chilena bajo el Regimen Militar, *Cuadernos hispanosamericanos*, n° 482-83, Madrid, pp. 31-48. Cf. Christian Lalive D’EPINAY, Regimes políticos e milenarismo numa sociedade dependente, em V.V.A.A. *Novos movimientos religiosos, Concilium 181*, Petrópolis, Vozes, 1983; Francisco Cartaxo ROLIM, *Pentecostalismo: Brasil e América Latina*, Petrópolis, Vozes, 1995; Jean-Pierre BASTIAN, Protestantismo latinoamericano entre la resistencia y la

Mas, que estratégias e bases teóricas orientam o modo iurdiano de fazer política? Há um cálculo racional ou as coisas acontecem naturalmente? Alguns trechos escritos por Edir Macedo e pelo falecido J.Cabral, teólogos da Igreja Universal, deixam bem explícitas as bases teóricas dessas novas disposições dos neopentecostais brasileiros:

“A política é exercida por cidadãos, e estes compõem a Igreja. Não dá para separar.[Perguntado se ele já pensou algum dia em ser presidente do Brasil, Macedo respondeu] Nunca. O que desejamos é que os presidentes do Brasil e de outros países sejam pessoas verdadeiramente cristãs e comprometidas com a justiça social.”¹⁷

“Não existe neutralidade política. Todos os cidadãos estão diretamente envolvidos, quer queiram, quer não... Por que a Igreja deveria se alienar do processo político, quando está em jogo o poder que vai governar o seu destino?... [Os cristãos] têm a sua parcela de responsabilidade na construção de um país mais humano.”¹⁸

A chegada desses novos pentecostais ao campo político foi precedida tanto pela criação de novas representações ideológicas, como por um descontentamento com as maneiras tradicionais dos evangélicos fazerem política no Brasil. Durante muito tempo, líderes pentecostais consideravam suja a atividade política, denunciavam os “candidatos de porta de templo”, que apareciam apenas em épocas de eleições e que, depois de eleitos, se fechavam aos interesses das bases que os elegeram, ou simplesmente fingiam atendê-las dando nome de seus mortos ilustres a escolas, praças e ruas. A essa percepção crítica dos políticos evangélicos acrescentou-se a crítica moralista dos neopentecostais, quase todos eles oriundos das camadas mais baixas das classes médias. Assim, portando um discurso mais moralista, eles desenvolveram uma repulsa aos “políticos evangélicos” tradicionais, acusados de transgirem em seus princípios morais para defender interesses próprios ou de grupos “incrédulos”.¹⁹

submission, en *Cristianismo y sociedad*, n. 82, 1984; Abelino MARTINEZ, *Las sectas en Nicaragua: oferta e demanda de salvacion*, San Jose, Costa Rica, DEL, 1989; Especialmente sobre a função política do pentecostalismo na Nicarágua e Guatemala, cf. Jean-Pierre BASTIAN, *Protestantismos y modernidad latinoamericana: Historia de unas minorias religiosas activas en America Latina*, Mexico, Fondo de Cultura Economica, 1994.

¹⁷ *Folha Universal*, 5. 11. 95 p. 8a.

¹⁸ *Folha Universal*, 11.9.94, p. 2a, (artigo republicado no mesmo jornal em 16.6.96 p. 2a).

¹⁹ Sobre a chamada “bancada evangélica”, o então deputado estadual em São Paulo, Paulo De Velasco disse que acompanhava a atuação dela apenas pelo noticiário dos jornais e revistas e que “segundo notícias veiculadas, algumas atitudes desse grupo não correspondem àquilo que esperaríamos de pessoas comprometidas com a Palavra de Deus”. Todavia, prudentemente esse político lançou suspeitas sobre as versões propagadas pela imprensa cf. *Folha Universal*, 21.8.94.

Por isso, a IURD percebeu o potencial desse eleitorado que se mostrava cansado de políticos profissionais. Mesmo aqueles pentecostais, que tem por hábito votar no candidato indicado pelo pastor já estavam se tornando mais exigentes quanto aos compromissos morais de seus candidatos. Jorge Boaventura, por exemplo, candidato da IURD ao Senado, em 1984, dirigindo-se aos jovens numa concentração religiosa disse:

“Sou o primeiro a reconhecer que todos temos boas razões para estar magoados com os políticos, que têm descumprido com os seus deveres, que têm escarnecido do sentido profundo da mensagem do Evangelho. Tudo quanto é deboche, devassidão, lascívia, luxúria e ganância, é rotulado de uma forma generosa...”²⁰

A Igreja Universal tem explorado bem essa necessidade e, de maneira prática, trabalha numa perspectiva de marketing religioso-político essa demanda por ética na política e conseguiu dessa maneira decolar o seu projeto particular de fazer política de uma maneira “cristã”. Mas, o que se exige de um candidato para receber o apoio da Igreja Universal? O bispo Célio Lopes, que fez uma reunião em Nova Iguaçu, Rio de Janeiro com candidatos a vereadores e prefeitos de toda a baixada fluminense, indicados pela IURD, exigiu deles publicamente, de mãos dadas, um compromisso com Deus. Ao final da cerimônia ele declarou:

“Os candidatos evangélicos são pessoas *escolhidas* e não indicadas. São homens e mulheres de Deus, *com Jesus Cristo no coração*. Cheias do Espírito Santo. Gente que irá assumir cargos públicos.. para servir e não para ser servido. E que *jamais participarão de atos desabonadores* [e que deverão] oferecer as populações *algo novo* em matéria de representação popular.”²¹

O pastor Ely Patrício foi encarregado pelo bispo Rodrigues, de naquele Estado, oferecer “uma completa assessoria sobre os dispositivos eleitorais” aos candidatos da Igreja. A ele os pré-candidatos enviaram currículos a serem examinados e aprovados pela direção da Igreja. Segundo ele, isso é necessário, porque: “os aspirantes (...) apoiados pelos membros da IURD, tem compromissos sérios e profundos com a comunidade cristã e o povo em geral, por isso deverão ter postura correta.. não se parecendo em nada com *certos políticos tradicionais*..”²²

Mas, apesar do sucesso de algumas candidaturas, a IURD não conseguiu eleger no Rio de Janeiro o seu candidato ao Senado. Essa dificuldade foi percebida por Boaventura, desde o início, especialmente em uma de suas falas, desta vez aos jovens:

²⁰ *Folha Universal*, 28.8.94.

²¹ *Folha Universal*, 7.7.96 (os grifos são meus).

²² *Folha Universal*, 9.6.96 p. 7b, (os grifos são meus).

“vou precisar de algo em torno dos dois milhões de votos, para alcançar a vitória. Sei que o povo da Igreja Universal do Reino de Deus no Estado do Rio de Janeiro não chega a esse número. Por isso, cada um deve multiplicar os seus votos entre colegas, amigos, vizinhos e parentes, porque sem isso, o esforço será inútil..”²³

Essa exigência de coligação foi assumida por Macedo que, desde 1992 logo após a sua prisão, notou a necessidade de inserir a sua Igreja num bloco maior de igrejas evangélicas. Um primeiro passo foi dado com a organização, em julho de 1993, do *Conselho Nacional de Pastores do Brasil*, um órgão então planejado para ser uma oposição a AEVB, sob a hegemonia da Igreja Universal. A sua presidência foi assumida pelo pastor Manoel Ferreira, também presidente da CONAMAD (Convenção Nacional de Madureira), um organismo dissidente da Convenção Geral da Assembléia de Deus, desde 1989. O elo de ligação entre todos tem sido a síndrome da minoria perseguida continuamente pela Igreja Católica.

As eleições presidenciais de 1989 e 1994 e a busca de alianças anti-Lula se expressou por meio da ideologia da “*construção da unidade da Igreja de Cristo*”. Um evento que reuniu quase um milhão de pessoas, de uma série deles intitulado “*Clamor pelo Brasil*”, no Aterro do Flamengo, em 18.6.94, serviu para selar o compromisso de unidade, aproximando Edir Macedo e o pastor Nilson do Amaral Fanini, então presidente da Associação Batista Mundial, que estavam rompidos há vários anos. A partir de então, a Igreja Universal passou a buscar uma “unidade evangélica”, que em época de eleições se expressa na frase: “cristão vota em cristão” e, ambientada nas lutas contra a Globo, “cristão não critica cristão”.²⁴

É claro que essa busca da unidade, esbarrou na oposição dentro do campo religioso representada pela AEVB (Associação Evangélica Brasileira) e seu então presidente, Reverendo Caio Fábio,²⁵ cuja figura tem servido para várias charges publicadas na *Folha Universal*, conforme ilustração. Caio Fábio representa, ao lado do Papa (catolicismo) e da Rede Globo (catolicismo, kardecismo e secularismo), um dos principais adversários da IURD.

²³ Idem, 28.8.96.

²⁴ *Folha Universal* 16.6.96 p. 7a. O slogan usado para expressar essa nova unidade cívico-religiosa é “cristão vota em cristão”. Contudo, como a palavra “cristão” está longe de ser unívoca, grupos de apoio em cada Estado, supervisionados pelo bispo Rodrigues, tem obviamente, trabalhado esse termo tão universal, com o objetivo de melhor adequá-lo às necessidades locais e à cada eleição.

²⁵ Caio Fábio Jr. liderou de uma forma carismática os evangélicos durante muitos anos, porém, acabou caindo em desgraça posteriormente, quando foi denunciado como um dos divulgadores e possivelmente vendedores do tal “dossiê Caiman” que afirmava ter provas de desvio de dinheiro pelo presidente da república, Fernando Henrique Cardoso, naquele paraíso fiscal.

Os ataques mais ferinos contra os adversários da Igreja Universal, especialmente Rede Globo e Associação Evangélica Brasileira, têm partido de um pastor da Assembléia de Deus, Silas Malafaia, que se associou politicamente à Edir Macedo, após o início dos anos 90. Os números 124 e 125 da *Folha Universal* trouxeram artigos desse pastor, intitulados “decálogo da rebelião”, nos quais ele atacava uma cartilha de “como votar bem”, elaborada pelos integrantes da AEVB.²⁶ Malafaia, é um excelente comunicador, porém portador de uma linguagem considerada violenta, mesmo por muitos evangélicos. Nessa série de artigos ele atacou exatamente aquelas proposições de que os evangélicos devem votar eticamente, evitar a manipulação dos eleitores, proporcionar debates políticos nas igrejas entre os vários candidatos, estimular os crentes a votarem em programas de governo e não baseados em “boatos” sobre candidatos, às vezes estimulados pelos pastores que, segundo a AEVB, deveriam evitar a condução direta do voto de seus paroquianos. Estranhava também o pastor Malafaia o estímulo que o “decálogo da rebelião” dava para o surgimento, entre os membros das igrejas, de um espírito crítico para com as orientações dadas por ele.

A ideologia neopentecostal flui como que espontaneamente através das palavras de Malafaia, apontando para um jogo político intolerante, no qual a decisão do pastor é fundamental. O pastor, defende ele:

“não é um cidadão comum. Ele é o homem de Deus tratado na Bíblia como o anjo da Igreja (...) tem autoridade espiritual para aconselhar o povo de Deus em todas as áreas da vida. Sua palavra jamais será a de um cidadão comum (...) que os pastores possam conduzir suas ovelhas da melhor maneira possível, porque existem muitos lobos querendo solapar a autoridade pastoral e, com isso, dispersar o rebanho. Que Deus nos guarde.”²⁷

Silas Malafaia terminou a sua série de artigos fazendo uma *mea culpa* por ter apoiado, via Comitê Evangélico Pró-Leonel Brizola, em 1989, o candidato Lula, no segundo turno, com as seguintes palavras:

“Fiz isso com toda inteireza de coração, pensando que estava no rumo certo...”[Se arrependeu, diz ele e] “usando o intelecto, chegando (...) à conclusão que estava completamente errado (...) Neste momento (...) não vou votar em nenhum candidato que esteja comprometido com grupos religiosos que sempre perseguiram a Igreja de Cristo, e que também estão comprometidos com a ideologia marxista (...) Um presidente da República que possua idéias marxistas,

²⁶ O *Decálogo Evangélico do Voto Ético* apresentado pela Associação Evangélica Brasileira, que tanta ira causou no pastor Silas Malafaia, foi elaborado na Conferência Anual de Igrejas, Missões e Instituições, convocada pela AEVB, no Rio de Janeiro, em março de 1994.

²⁷ Cf. *Folha Universal*, respectivamente, 21 e 28.8.94 p. 3.

e que tenha maioria no Congresso Nacional, pode muito bem modificar a Constituição do país e perseguir a Igreja de Cristo.”²⁸

O controle da campanha eleitoral é feito de uma maneira direta e incisiva, excluindo-se da vista de seus fiéis qualquer outro candidato que não o oficialmente apresentado aos irmãos. Um deles, que ousou se aproximar dos templos iurdianos, foi rechaçado com notas enérgicas no jornal oficial, dizendo que ele não era um candidato oficial da Igreja, recomendando inclusive que as pessoas não votassem nele.²⁹

Quanto aos motivos pelos quais as pessoas se tornaram candidatos, as respostas de alguns políticos iurdianos são típicas e esclarecedoras:

“Ele [Edir Macedo] sabe que eu não preciso, a essa altura da minha vida ser isto ou aquilo. Ele disse que sabia que estava exigindo de mim um esforço muito grande. E eu lhes digo que esse esforço vai reduzir ainda mais o tempo... que me resta de vida.. Meu nome não tem sido visto em lugar nenhum. Mas eu vejo o meu nome escrito nesse momento no coração de vocês” (Jorge Boaventura, candidato a senador, RJ).³⁰

[Este ano o senhor se candidata a deputado federal. Por que?] “Mais uma vez respondemos ‘presente’ a um chamado da Igreja. Um dia quando ainda era obreiro, entrei no Estádio do Maracanã, no Rio de Janeiro, durante a reunião da IURD, em oração entreguei o meu tempo a Deus dizendo: ‘Senhor, gasta a minha vida na tua obra’. Ele meu ouviu..” [Disse também que entrou na política pelo seguinte motivo]: “O chamamento da Igreja Universal do Reino de Deus. Fui chamado para cumprir uma missão e tenho, nestes quase quatro anos, tentado desempenhá-la na extensão total de nossa capacidade e na clássica, dinâmica e ilimitada capacidade do Senhor dos Impossíveis... (Paulo De Velasco, candidato a deputado federal, SP).³¹

“Os evangélicos estão escolhendo seus candidatos a cargos públicos dentro de seu próprio povo, para evitar as traições tão comuns nesta atividade. Eu não sou candidato por vaidade ou interesse pessoal. Sou candidato como homem de Deus, escolhido pelo povo de Deus... não é o cargo que importa, e sim a questão primordial de dar continuidade à Obra do Senhor... exercerei o mandado em consonância com a orientação espiritual dada pelas Palavras Sagradas... quem tem Deus no coração não pode votar em quem está nas trevas. Nosso lema é fé para mudar...[pois] o povo está saturado [de políticos]. Ninguém agüenta mais a forma da política feita no Brasil. Os políticos agem como se tivessem currais eleitorais, com votos encabrestados..”(Jorge Wilson, candidato a deputado federal, RJ).³²

²⁸ Id., Ibid.

²⁹ Paulo César Graça e Paz, candidato a deputado estadual no Rio de Janeiro, esteve fazendo campanha nas portas de templos da Universal, que pertencem ao espaço de campanha de Eraldo Macedo, irmão do bispo e candidato à reeleição em uma terceira legislatura. Naquela oportunidade disse Eraldo que os “aproveitadores aparecem para tentar confundir, dividir o eleitorado. Mas não serão esses pescadores de águas turvas que irão atrapalhar nossa caminhada (...) Nós estamos aqui cumprindo uma missão. Por isso não podemos compartilhar com os espertalhões”, ou “cara-de-pau” como disse outro candidato da IURD, Jorge Nascimento. *Folha Universal*, 30.9.94, p. 3a.

³⁰ Idem, 28.8.94.

³¹ *Folha Universal*, 21.8.94 p. 4a (os grifos são meus).

³² *Folha Universal*, 28.8.94, p. 2b.

[O que levou a senhora a ingressar no meio político, sem nenhuma experiência política, sendo uma dona de casa...?] “Tentar melhorar a vida tão sofrida do nosso povo, que está sendo tão espoliado por grande parte desses *políticos profissionais que só fazem enriquecer* (...) Se experiência política resolvesse, o Brasil não teria passado pelos escândalos recentes (...) Quem é a melhor economista brasileira? É a dona de casa, pois é ela quem vai ao supermercado.. A maioria dos incrédulos [políticos] vai para a política visando interesses próprios, *os cristãos vão para a política levar e executar o que nos ensinou o Senhor Jesus. Eis a diferença* (...) Ser candidata da Igreja Universal do Reino do Deus, é uma responsabilidade muito grande para mim, digo dobrada, pois *da mesma forma que meu irmão Bispo Macedo, é perseguido, com certeza, também, serei...*” (Edna Macedo, candidata a deputado estadual, SP).³³

“Se indagarem porque a vereadora é candidata à deputado estadual, respondo que foi uma *determinação da liderança da Igreja Universal*, que demonstra que *o Espírito Santo quer me usar mais um pouco...*” (Magaly Machado, candidato a deputado estadual, RJ).³⁴

Esses depoimentos, carregados de “motivações pias”, conseguem esconder a centralização das decisões na Igreja Universal naquelas instâncias que realmente determinam quem deverão ser os candidatos e, em quais deles os fiéis de cada templo deverão votar. Somos do parecer que, com o crescimento rápido da Igreja e a sua firme disposição de participar ativamente da produção cultural por intermédio da televisão e do rádio, aumentou a necessidade de que pessoas de confiança da Igreja assumam o espaço intermediário entre os seus interesses e o poder público. A estratégia iurdiana é criar um *lobby* político que possa exercer pressão sobre as autoridades na defesa de suas áreas de interesse. Isso fica mais do que transparente na declaração do bispo Rodrigues, de que a maior missão dos candidatos da Igreja “é a de ser ponto de contato entre a Igreja Universal do Reino de Deus, seus fiéis e pastores, e os governos federal, estadual e municipal... A Igreja Universal precisa de, pelo menos, quinze deputados federais, pois são muitos projetos, muitos Estados, e o trabalho é muito estafante.”³⁵

A Igreja Universal fez em 1986, de um de seus dois fundadores mais importantes, o bispo Roberto Augusto Lopes, deputado federal constituinte com 54.332 votos, somente nove anos após a sua fundação. Porém, no final do ano seguinte, Lopes abandonou a Igreja.³⁶ Nas eleições de 1990, já eram três deputados federais e três estaduais. Na

³³ Idem, *Ibid.*, (os grifos são meus)..

³⁴ *Folha Universal*, 18.9.94, (os grifos são meus).

³⁵ *Folha Universal*, 12.6.94 p. 8a.

³⁶ Sobre a deserção de Roberto Augusto Lopes, cf. entrevistas dadas por ele a imprensa, em 1991. Ao *Jornal da Tarde* ele disse que Macedo abandonou a visão primitiva que tinham de Igreja e aderiu à uma visão meramente empresarial e mercantilista (*Jornal da Tarde*, 2.4.91). Ao *Jornal do Brasil*, Lopes afirmou que Macedo era centralizador, que decidia tudo sozinho e que as assembléias eram apenas pró-forma, inteiramente manipuladas por Macedo (*Jornal do Brasil*, 7.7.91). Possivelmente, a ida de Lopes

campanha política em 1994 a IURD participou de uma maneira mais organizada e elegeu 12 deputados, sendo seis estaduais e seis federais, conseguindo também fazer um de seus obreiros Secretário Estadual do Trabalho, no Estado do Rio de Janeiro. Em 1998 o número de deputados federais atingiu a 17, numa bancada evangélica de 44.³⁷

Os deputados iurdianos, nas palavras do jornal da Igreja “homens de Deus”, um belo exemplar de um “político de Cristo”, uma vez eleitos, continuam mantendo estreita ligação com os fiéis através do jornal da Igreja, que semanalmente lhes reserva uma página, para divulgação de seus feitos na Assembléia ou Câmara ou para a publicação de artigos sobre “problemas nacionais”. Frequentemente eles são vistos e ouvidos em programas televisivos e radiofônicos da Igreja, e, em cultos, nos vários templos localizados na base eleitoral de cada um. Nenhum deles esteve envolvido em quaisquer denúncias de irregularidades no período Sarney-Collor, ao contrário de outros deputados evangélicos. Isso indica o quanto a conduta ética da bancada iurdiana está afinada com as linhas estabelecidas pela Igreja.

O segredo, como observa, Alexandre B. Fonseca, está nas inovações no *modus operandi* de se fazer política no meio evangélico.³⁸ Nas grandes cidades a Igreja tem dividido os templos entre os seus candidatos oficiais. Essas “paróquias” se comportam como se fossem “distritos eleitorais” fechados a outros candidatos, estranhos ou da própria Igreja. A juventude não somente faz boca de urna como participa também de concentrações, pedágios e mutirões para a distribuição de propaganda de seus candidatos. Há um policiamento eleitoral nos templos para impedir a aproximação de candidatos estranhos aos planos da direção da Igreja.

Nesse sentido cabe ressaltar que nos anos 90, não somente o protestantismo como também o pentecostalismo mudou e, nesse processo de recomposição do campo religioso, novos “políticos religiosos” surgiram, ao lado de uma renovação nas relações com o mercado, com a mídia e do próprio pentecostal consigo mesmo. Por isso mesmo,

para Brasília tenha facilitado a hegemonia mais rápida de Macedo sobre a Igreja Universal. Roberto Augusto Lopes voltou para a Igreja de Vida Nova, de onde havia saído junto com Macedo, R. Soares e Miguel de Ângelo, na metade da década anterior.

³⁷ A Igreja Universal do Reino de Deus conseguiu eleger nas eleições de 1994 os seguintes deputados federais por *São Paulo*: Paulo De Velasco (PSD) e Wagner Amaral Salustiano (PPR); Pelo *Rio de Janeiro*: Aldir Cabral (PFL), Odenir Laprovita (PP), Jorge Wilson (PMDB) e pela *Bahia*: Luiz Moreira (PFL). Elegeu também os deputados estaduais no *Rio de Janeiro*: Eraldo Macedo (PMDB), Jorge Nascimento, (PDT) e Magali Machado (PFL). Em *São Paulo*: Edna Macedo (PPR), Márcio Araújo (PPR) e na *Bahia*: Zelinda Novaes. Essas vitórias eleitorais se deram exatamente na ordem e proporcionalmente aos lugares onde a IURD tem uma maior quantidade de templos, o que permitiu o cálculo racional dos votos e eleitores. Sobre as expectativas da Igreja e de cada um desses eleitos para o mandato que então se iniciava, cf. *Folha Universal* de 22.1.95 e 19.2.95.

³⁸ Alexandre Brasil Fonseca, op. cit. p. 8.

não se pode simplificar, considerando todos os grupos pentecostais compostos por mais de 15 milhões de pessoas, da mesma forma como se houvesse uma unanimidade ou formassem um bloco monolítico. Observemos, contudo, que essa mudança ocorrida no Brasil não é um acontecimento isolado, local e peculiar. Muito pelo contrário, ele segue tendências dos protestantismos nas três Américas, sempre atrelados por origem e similaridade, às influências do campo religioso norte-americano. Foi naquele País que os evangélicos carismáticos e pentecostais se uniram para provocar mudanças sociais, em plena década dominada pelo “síndrome pós-Vietnã”. No fim dos anos 70, houve nos Estados Unidos, uma retomada do conservadorismo, em oposição ao “modernismo”, “liberalismo” e “secularismo”, renascimento recebido como um renascimento da crença nos valores essenciais da nacionalidade norte-americana.³⁹

A partir dos anos 70, essa crença cresceu entre os evangélicos norte-americanos, contendo uma mistura de indignação moral com uma forte disposição de provocar uma reestruturação no quadro cultural do Ocidente, através dos mecanismos de participação política. Essa postura também começou, nessa mesma época a se disseminar na América Latina, graças à mídia religiosa.⁴⁰ Os pentecostais brasileiros refletiram tal clima e iniciaram um processo de abandono de seus casulos culturais e da identidade de gueto. Os agentes religiosos não mais conseguiam se manter dentro do círculo religioso estilo contracultura e passaram a assumir uma posição pró-cultura. A partir de então eles passam a organizar as demandas do laicato, introduzindo-se dessa maneira a vontade religiosa deles na ordem política da sociedade. Nas palavras de Niebuhr, deixou-se de lado a postura “Cristo contra a cultura” para se aceitar e lutar por um “Cristo da cultura”.⁴¹

³⁹ Robert EVANS, Fundamentalismo e nova direita cristã, em *Estudos de religião*, ano V, n. 7, S. Bernardo do Campo, agosto de 1991, pp. 145-164. Neste texto, Evans, resume um curso dado no Instituto Ecumênico de Pós-Graduação em Ciências da Religião sobre as vinculações entre a religião fundamentalista e cultura nos Estados Unidos nos anos 70 e 80. Para ele, a cosmovisão dessa religião foi articulada como arma de luta contra os “perigos” que rondavam a América: secularismo, emancipação da mulher, homossexualismo, ecumenismo etc. Trata-se, portanto, de uma religião nostálgica, uma forma de reestruturar a sociedade a partir dos valores antigos. Daí a ênfase de Jerry Falwell no “evangelho com sabor de antigamente”. Nesse caldo cultural, do qual os televangelistas são os que melhor conseguiram verbalizar as propostas, cresceu e tomou forma o neopentecostalismo de McAlister, Macedo, R. Soares, Estevam Hernandes, Robson Rodovalho, Valnice Milholms e outros.

⁴⁰ Para uma ligação entre o surgimento de uma teologia neopentecostal no Brasil de justificação da inserção política e as tendências da teologia e da prática evangélica, carismática e neopentecostal nos Estados Unidos é indispensável a leitura de David STOLL, *Is Latina America Turning Protestant?*, Berkeley, University of California Press, 1990. (Há tradução para o espanhol: *América Latina se vuelve protestante? Las políticas del crecimiento evangélico*, Cayambe, Equador, Abya-Yala Editing, 1992).

⁴¹ H. R. NIEBUHR, *Cristo e cultura*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1968.

É importante, ao se analisar as fontes do pensamento politicamente conservador dos neopentecostais brasileiros, uma avaliação de como se comportou o protestantismo histórico, também profundamente influenciado pelo fundamentalismo evangelical, aliado aos pressupostos da ideologia de segurança nacional.⁴² Nos Estados Unidos, a coalizão formada por grupos evangélicos, protestantes clássicos, carismáticos e pentecostais foi cimentada pelos teleevangelistas. Um primeiro sinal de que essa coalizão estava em andamento, se tornou pública com a eleição de Jimmy Carter, em 1976. Esse grupo de “intermediários culturais” representava a ponta de um *iceberg* tornada mais visível com a fundação da *Moral Majority*, por Jerry Fawell, em 1979, entidade que teria um papel preponderante nas eleições de Reagan e Busch, na década posterior.⁴³

Na América Latina, por causa dos vínculos do protestantismo e do pentecostalismo com os Estados Unidos e, também, devido à perspectiva de que a segurança política latino-americana era um assunto doméstico dos norte-americanos, fez do crescimento pentecostal um antídoto ao comunismo e ao seu braço religioso, que na perspectiva fundamentalista, era a teologia da libertação. Não se pode esquecer que nessa época, a maior parte da América Latina ainda vivia sob a dominação dos regimes ditatoriais de direita, cuja ideologia bem analisada por Comblin, foi gerada nas academias militares estadunidenses no período pós-guerra.⁴⁴

Junto com os regimes de segurança nacional se estabeleceram no Continente epicentros de explosão neopentecostal, fenômeno esse que trouxe consigo a direita religiosa norte-americana, a luta anticomunista na Nicarágua, e até um ditador pentecostal, Efraim Rios Montt, na Guatemala. Possivelmente, esse contexto facilitou a aclimatação de uma ideologia religiosa calcada em metáforas militares - a teoria da “guerra espiritual”.

⁴² Para uma relação entre o comportamento político do protestantismo latino-americano e o colapso do projeto liberal e modernizante aceito pelo protestantismo histórico é estimulante uma leitura de Jean-Pierre BASTIAN, Guerra Fria, crisis del projecto liberal y atomizacion de los protestantismos latino-americanos 1949-1959. *Cristianismo y sociedad*, 68: 21 (1981) pp. 7-12.

⁴³ Para uma análise mais ampla da ligação da “igreja eletrônica” com a direita norte americana, cf. Robert ABELMAN e Stewart M. Hoover (edit.) *Religious television: Controversies and conclusions*, Norwood, New Jersey, Ablex Publishing Corporation, 1990. Veja nessa coletânea, especialmente os capítulos 18 e 19, respectivamente: Anthony T. Podesta and James S. Kurtzke, *Conflict between the electronic church and State: The religious right's crusade against pluralism*, pp. 207-226 e Larry Groos, *Religion, television and politics: The right bank of the mainstream*, pp. 227-236. Para uma análise latino-americana do fenômeno cf. Hugo ASSMANN, *A igreja eletrônica e seu impacto na América Latina*, Petrópolis, Vozes, 1986.

⁴⁴ Joseph COMBLIN, *A ideologia da segurança nacional: O poder militar na América Latina*, 3ª ed., Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1980.

Portanto, no decorrer dos anos 60 e 70, houve uma mudança muito importante no comportamento político dos pentecostais, do qual a *Igreja Pentecostal “O Brasil para Cristo”* foi pioneira e a *Igreja Universal do Reino de Deus*, seu exemplo mais acabado, recolocando em prática a indicação de candidatos a cargos políticos, o trabalho interno metódico e permanentes medidas para garantir a eleição e a popularidade de seus eleitos.⁴⁵

3. A Igreja Universal, os “políticos de Cristo” e as eleições presidenciais de 1989 a 2002.

Nas três últimas eleições presidenciais realizadas no Brasil houve um momento ímpar de liberdade. Porém, em 1989 e 1994 houve uma forma de polarização política entre esquerda e direita, pois foi ao redor desses dois pólos que os evangélicos se organizaram e se tornaram, nas várias oportunidades, adversários de Luís Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores. Porém, mais do que eleição as eleições presidenciais servem como oportunidades para rituais catárticos e renovação de esperanças, bem como fontes de novos fracassos. Contudo, nas eleições de 1998 e 2002 a IURD se tornou uma Igreja mais calculista, e o seu bispo nomeado para conduzir a caminhada política – bispo Rodrigues, tem se mostrado muito hábil na tarefa de aglutinar e distribuir votos de seus fiéis.

Naquelas campanhas, a Igreja Universal e outros grupos pentecostais, tiveram uma participação mais importante do que simplesmente levar os vitoriosos ao Palácio do Planalto. Eles ajudaram decisivamente na derrota de Lula e do projeto político que o candidato do Partido dos Trabalhadores representava. Vejamos como se deu o comportamento da liderança pentecostal no Brasil e, especialmente, da Igreja Universal em cada uma dessas eleições.

Campanha eleitoral de 1989

⁴⁵ Veja, Paul FRESTON, *Protestantes e política no Brasil: Da constituinte ao impeachment*, Campinas, Unicamp, 1993 (Tese de doutoramento) e Alexandre Brasil FONSECA, *Surge uma nova força política: A Igreja Universal do Reino de Deus nas eleições de 1994*, Rio de Janeiro, 1996, 25p (fotocopiado); Reginaldo PRANDI e Antônio Flávio Pierucci, *Religião e voto no Brasil: as eleições presidenciais de 1994*, ANPOCS, 18º Encontro Anual - Caxambu, MG, 23 a 27 de novembro de 1994, 44 p (fotocopiado); Reginaldo Prandi, *Perto da magia, longe da política*, *Novos Estudos - Cebrap*, n. 34, novembro 1992, pp. 81-91.; Ricardo MARIANO, Antonio Flávio Pierucci, *O envolvimento dos pentecostais na eleição de Collor*, *Novos Estudos - Cebrap*, n. 34, novembro de 1994, pp. 92-106.

No início do lançamento das pré-candidaturas havia entre algumas lideranças evangélicas uma esperança de que algum candidato evangélico fosse lançado. Falava-se muito em Íris Rezende, da Igreja Cristã Evangélica, que tentou sair candidato através do PMDB, sendo derrotado por Ulisses Guimarães. Um dos mais entusiasmados cabos-eleitorais de Rezende, era o pastor Manoel Ferreira, da Assembléia de Deus (CONAMAD), que afirmava ter recebido uma revelação de Deus de que o próximo presidente do Brasil seria um evangélico.⁴⁶ Porém, de todas “revelações” recebidas de Deus a de Edir Macedo foi a mais certa: “*Após orar e pedir a Deus que indicasse uma pessoa, o Espírito Santo nos convenceu de que Fernando Collor de Mello era o escolhido*”.⁴⁷

Assim Collor, durante a campanha eleitoral, tanto no primeiro como no segundo turno, visitou vários templos e participou de cerimônias em igrejas pentecostais, assim como esteve presente em programas de rádio da Igreja Universal. Esse entusiasmo pela candidatura Collor não era apenas da IURD. Todos os pentecostais, conforme registra Mariano e Pierucci, encaravam Lula como a presença do próprio demônio e Collor, o enviado de Deus. A “esquerda evangélica” era débil e quase não se ouvia a sua voz, entre tantos vivas à Collor. O movimento evangélico pró-Lula, do qual no segundo turno fez parte o pastor Silas Malafaia, pouco conseguiu para estancar uma euforia sedimentada em muitos anos de anticomunismo, cuidadosamente cultivado pelos pastores protestantes e pentecostais brasileiros.⁴⁸

A ida de Lula para o segundo turno causou naquela eleição um calafrio nas lideranças pentecostais. Mariano & Pierucci registram: “Instalou-se um clima de pânico, que se adensava à medida em que se aproximava o dia final (...) era um pânico de classe.”⁴⁹ Num contexto de intenso medo é comum o surgimento de boatos. Dizia-se, em tom de certeza, que Lula e o PT iriam comunizar o Brasil, eliminar a liberdade religiosa e promover uma perseguição aos crentes. De nada adiantou carta do próprio Lula e dos movimentos que lhe davam apoio, especialmente o movimento “Evangélicos com

⁴⁶ *Folha de S.Paulo*, 17.4.89. Nessa mesma época um outro “evangélico”, Armando Corrêa de Oliveira, tentou sair candidato, mas acabou envolvendo o seu pequeno Partido Municipalista Brasileiro com o apresentador Silvio Santos, gerando a impugnação de seu partido, cf. *O Estado de S.Paulo*, 1.11.89.

⁴⁷ *Jornal do Brasil*, 3.12.89.

⁴⁸ Cf. *Folha de S.Paulo*, 26.9.89; 4.12.89; 21.7.89. Em dois templos da IURD, no Rio de Janeiro, apreendeu-se duas toneladas de propaganda de Collor, segundo Ricardo Mariano e Antônio F. Pierucci, *O Envolvimento dos pentecostais na eleição de Collor*, p. 95.

⁴⁹ Ricardo Mariano e A.F. Pierucci, *Ibid.* p. 98.

Lula”, endereçada aos pastores. O medo impedia o raciocínio e todos os pentecostais acabaram por *collorir*.⁵⁰

A Igreja Universal fez de cada um de seus templos um comitê pró-Collor. Neles havia faixas e cartazes com fotografias de Fernando Collor. Em retribuição ao apoio, Collor recebeu Edir Macedo, junto com 11 pastores e 16 deputados em Brasília, no dia 14.5.92.⁵¹ Entretanto, na semana seguinte, Edir Macedo foi preso em São Paulo e o governo Collor marchava em direção ao *impeachment*. Mas, o objetivo das forças do *status quo* era mais do que eleger Collor, era derrotar as esquerdas, representadas por Lula.

Porém, passado o vendaval Collor, era preciso explicar o enganoso apoio. Nada mais natural do que sacar o velho e sempre eficaz argumento da ação demoníaca sobre o ser humano. Collor estaria colhendo frutos dos “cultos satânicos” que supostamente teriam acontecidos na Casa da Dinda, residência particular do Presidente. Essa maldição, segundo essa interpretação, tem custado a vida de várias pessoas, entre elas Elma Farias, a mulher de Paulo César Farias; do próprio Farias; de Dna Leda, a mãe do ex-presidente Collor; do irmão denunciante, Pedro Collor. Esses argumentos aparecem constantemente em programas de televisão e jornais neopentecostais, como se, eles estivessem demonizando suas próprias decisões do passado, para depois, logo em seguida, exorcizar seus males.⁵²

Campanha eleitoral de 1994.

Luís Inácio Lula da Silva, o grande derrotado por um Collor ajudado pelos pentecostais em 1989, se apresentou para uma nova campanha, em 1994, após o fiasco do governo iniciado por Collor e encerrado por Itamar Franco. Nos primeiros meses de campanha as coisas se encaminhavam muito bem para Lula, até que o novo plano de estabilização

⁵⁰ Cf. CEDI, *Igreja e eleição presidencial. Dossiê*, Rio de Janeiro, 1990.

⁵¹ Ricardo Mariano, *Neopentecostalismo: Os pentecostais estão mudando*, S.Paulo, USP, 1995 (Dissertação de Mestrado), p.73. Possivelmente Macedo esperasse do presidente Collor a legalização da transferência da TV Record para o seu nome, o que aconteceu somente no final do governo Itamar Franco. Porém, há denúncias de que o governo Collor protegeu Macedo, conforme a *Folha de S.Paulo*, 27.12.95, p. 1-8.

⁵² Parte considerável do programa *Espaço Evangélico* da TV Record, do dia 29.6.96 que teve entre outros participantes Robson Rodovalho, líder da Comunidade Sara Nossa Terra. Nesse programa, Rodovalho que disse ter sido vizinho da residência do presidente, na época do processo de impeachment, teria chegado a apelar a Collor que “se arrependesse de seus pecados”, para afastar a maldição que pairava sobre a sua casa. Disse que nada conseguiu, daí a derrota final de Collor no Congresso Nacional. O mesmo tipo de argumentos recebeu significativo espaço na *Folha Universal* 7.7.96 p. 6a, intitulado: A “maldição do poder”, focalizando “mistério e magia negra” na morte de Paulo César Farias.

financeira, que instituiu o Real como novo padrão monetário estancou a inflação, isso há apenas quatro meses antes das eleições de três de outubro. O responsável pelo plano, então Ministro da Fazenda, saiu candidato e começou a subir nos índices de pesquisa, provocando uma queda proporcional nos demais candidatos e, principalmente, na posição até então confortável de Lula. O eleito ficou decidido já no primeiro turno e Fernando Henrique Cardoso conseguiu 54,3% dos votos válidos, contra 27,0% do segundo colocado, Lula.⁵³

A Igreja Universal começou o período de campanha ciente de que não havia espaço para um candidato evangélico. O bispo Rodrigues, coordenador político da Igreja afirmou, em julho de 1994:

“É muito importante que se entenda o seguinte: o movimento evangélico ainda não está preparado para ter um candidato (...) esse candidato não pode ser apenas evangélico, porque ele pode ser um bom cristão, mas não estar preparado para governar o Brasil (...) Este candidato tem que ser uma pessoa moldada por Deus, e que não seja despreparada.. terá de ser uma pessoa forjada na luta (...) que mostre à Nação que vai respeitar todas as crenças (...) que não vai usar o poder para privilegiar até mesmo os próprios evangélicos..”⁵⁴

No decorrer dessa campanha, quando ainda pairava no ar o apoio dado pela Igreja Universal Collor em 1989, foi perguntado ao bispo Rodrigues sobre o ex-presidente e ele respondeu:

*“Ele [Collor] fez uma promessa, não ao povo evangélico especificamente, mas a todo o povo brasileiro. E ele traiu a toda a Nação brasileira quando não cumpriu o prometido (...) que Deus tenha misericórdia dele e de todas as pessoas que ele destruiu (...) A verdade é que ele foi apoiado porque era o único a fazer frente ao desconhecido (...) A democracia nos dá condição de reparar erros do passado.”*⁵⁵

⁵³ O resultado final da eleição para Presidente da República, em 3.10.94 foi o seguinte: Fernando Henrique Cardoso, 54,3%; Luis Inácio Lula da Silva, 27,0%; Orestes Quércia, 4,4%; Leonel Brizola, 3,2%; Êneas Carneiro, 7,4%; Esperidião Amin, 2,8%; Carlos Gomes, 0,6% e Hermani Fortuna, 0,4%. A diferença entre Fernando Henrique Cardoso e Luis Inácio Lula da Silva foi muito grande e impede de se perceber o peso do eleitorado pentecostal. Todavia, a diferença entre Collor e Lula, em 1989, certamente, teria sido outro sem o empenho dos pentecostais a favor do vitorioso.

⁵⁴ Porém, o sonho de se ter um candidato evangélico à Presidência da República ainda continua em pé. O deputado federal Laprovita Vieira, pastor da IURD, lançou o nome do pastor Nilson Amaral Fanini candidato para 1998, numa concentração realizada no Rio de Janeiro, em 6.01.96. Esse antigo proprietário da TV Rio, Canal 13, hoje apenas uma retransmissora da TV Record, era tido por muitos neopentecostais e protestantes tradicionais como o único nome capaz de unir os evangélicos, posteriormente surgiu o nome de Antony Garotinho. Mas, indagado pela imprensa sobre as repercussões daquele lançamento, Fanini admitiu a possibilidade da candidatura, dizendo porém, que para isso acontecer seria preciso “haver harmonia entre as condições externas, objetivas, e as minhas internas (...) as objetivas existem, mas faltam as subjetivas”, cf. *Folha de S.Paulo*, dias 8 e 10.1.96.

⁵⁵ Nada foi dito sobre quaisquer revelações divinas, *Folha Universal* 10.7.94, p. 6a.



Porém a campanha da Igreja Universal contra Lula, rapidamente retomou os clichês de 1989. Lula era comunista, se eleito iria perseguir o povo evangélico, estava sendo apoiado pela Igreja Católica, freqüentava terreiros de umbanda e candomblé, pedindo votos e

proteção para os demônios. O ritmo das acusações foi mais intenso enquanto Lula estava em boa posição nas pesquisas. Em julho, aconteceu no Rio de Janeiro um grande encontro no Aterro do Flamengo, denominado “*Clamor pelo Brasil*”. O objetivo era despertar os evangélicos para o risco de uma vitória das esquerdas. Naquela tarde, depois de pedir que todos os políticos abandonassem o palanque e deixassem ali somente os “homens de Deus”, Edir Macedo, disse que o Brasil estava mais uma vez entre Deus e o diabo, e, ele estava profetizando, o diabo seria vencido de novo. Essa charge, reproduzida a seguir, foi publicada na *Folha Universal*, reflete o processo de demonização ao qual Lula foi submetido no discurso neopentecostal da Igreja Universal do Reino de Deus. Pictoricamente ressurgia o preconceito anti-comunista, embora o contexto internacional tivesse mudado desde as eleições de 1989, vésperas da queda do muro de Berlim.⁵⁶

Continuando a campanha anti-Lula, naquele mesmo mês o jornal oficial da IURD dava ampla cobertura de sua visita à locais de cultos afro-brasileiros, com fotografia colorida e manchete de primeira página: “Lula apela para candomblé”. O jornal ironizava esforços de Lula para se mostrar humilde, “comendo até com as mãos”, enquanto tentava ser ecumênico, procurando pastores, padres, freiras e mães-de-santo. Porém, lembrava o jornal, “O povo brasileiro não quer um presidente com dez religiões (...)”. Quanto a sua aproximação com os afro-brasileiros o jornal afirmava que um “candidato que se diz próximo dos evangélicos deveria respeitar a Palavra de Deus.”⁵⁷

No final de julho, com o início do Plano Real e a entrada de Fernando Henrique Cardoso no páreo, segundo pesquisas feitas pelo DataFolha, Lula havia caído sete pontos percentuais. A *Folha Universal* explicou essa queda da seguinte forma: “O fato é

⁵⁶ *Folha Universal*, 9.7.95.

⁵⁷ Id. 10.7.94 p. 6a.

que depois de receber a ‘benção’ de ‘mãe’ Nitinha do candomblé, Lula está em decadência, e a sua campanha vai de mal a pior (...) a bênção da mãe Nitinha parece ter colocado o próprio partido de Lula em confusão, causando tumulto em sua campanha.”⁵⁸

No mês seguinte, o ataque continuou, agora focalizando as ligações de Lula com a Igreja Católica, através do Frei Beto. O título de uma página toda dedicada ao assunto era: “Lula: Um camaleão tenta driblar os evangélicos” e citava palavras do próprio Lula: “Se tivesse que falar sobre evangélicos, eu pediria à Benedita ou ao pastor Caio Fábio para me representar.” Para o pastor Júlio César Dias, da IURD, a simples “participação do frei Betto na campanha do Lula só prova que o PT é comandado pela Igreja Católica”. Nota-se que as acusações de comunismo ateu não foram empregadas com tanta insistência como na campanha de 1989.

Em agosto, devido às críticas do pastor Ronaldo Didini na Rede Record de Televisão, no programa “25ª Hora”, o PT entrou com representação na Justiça Eleitoral e conseguiu, após reincidência, tirar a emissora do ar durante uma hora, no dia 3.8.94 e reservar, no dia seguinte, um minuto de sua programação para o PT responder as acusações de Didini. No dia 4.8.94, o apresentador mostrou um maço de papel, dizendo serem fax contendo protesto pela saída do ar do programa no dia anterior, emitido por pessoas que estavam oferecendo solidariedade ao programa. No mesmo dia, depois de um debate sobre o analfabetismo, Didini terminou o programa dizendo que “*alguém para querer ser presidente da república precisa pelo menos ser alfabetizado*” e que “os requisitos escolares são importantíssimos, pois como ele vai indicar seus ministros e auxiliares.” Obviamente tratava-se de uma contrapropaganda, na qual se reforçava preconceitos típicos dos tempos da campanha de Collor, de 1989.⁵⁹

Com novas críticas, agora publicadas no jornal *Folha Universal* em 14.8.94, o PT novamente exigiu direito de resposta e conseguiu. A edição de 25.9.94 foi obrigada a oferecer a Lula um espaço em direito de resposta. A manchete em letras *vermelhas* era: “Ação do PT restaura a verdade”. Nesse texto o PT se defende das acusações e apresentou 13 pontos do “Compromisso do Governo Lula”, enfatizando-se o direito a liberdade de culto e outras. Porém, a quarta parte das duas colunas reservadas para o PT ficou em branco com os seguintes dizeres: “Espaço reservado para direito de resposta do Partido dos Trabalhadores”. Como espaço em branco também transmite mensagens,

⁵⁸ Id. 24.7.94.

⁵⁹ TV Record, 4.8.94 (Fita de Vídeo n. 2).

a IURD talvez quis dizer que o PT não tinha condições para preencher todo o espaço reservado pelo jornal.⁶⁰

Uma significativa análise das relações da religião com as eleições de 1994 foi feita por Prandi e Pierucci, a partir de uma amostra que raramente chega às mãos de pesquisadores de religião. No texto final, seus autores concluíram que “Lula é rejeitado antes de tudo pelos pentecostais, cujas altas taxas são responsáveis pela alta rejeição mostrada pelo total de evangélicos (...) uma segunda fonte de rejeição à Lula é devida aos católicos carismáticos” e, nesse grupo, às mulheres carismáticas. Esse estudo mostrou ainda que “o grupo formado pelos pentecostais e os de outras religiões são os que mostram menor apego às liberdades de organização e expressão.”⁶¹

Temos absoluta certeza que a Igreja Universal, atingindo diretamente mais de cinco milhões de adultos brasileiros e talvez outros dez milhões indiretamente, é em parte responsável pelo índice médio de rejeição a Lula, calculado pela pesquisa acima, que atingiu entre os pentecostais 55.1 pontos, enquanto a média nas demais religiões foi de 43.6 pontos.

Campanha eleitoral de 1998

Nas eleições de 1998 a situação política e econômica do Brasil passou por uma significativa mudança, graças a implantação do “Plano Real” em julho de 1994, que fez cair a inflação e elegeu Presidente o então Ministro da Fazenda, o ex-sociólogo e ex-exilado Fernando Henrique Cardoso (FHC). Os quatro anos de FHC, manteve a economia sob os rígidos cânones do neoliberalismo. A taxa de inflação caiu, o domínio do mercado internacionalizado se completou e o número de desempregado disparou. A diminuição dos postos de trabalho golpeou a força dos sindicatos, gerando a nova meta dos trabalhadores: manter o emprego acima de qualquer coisa.

O comportamento dos evangélicos pendeu para o lado de FHC, candidato a reeleição, graças a uma mudança constitucional aprovada em seu governo. Contudo, em la campaña electoral para la presidencia, la IURD se aproximó a Lula, publicando en las páginas de su periódico oficial entrevistas o frases que simpatizaban con él. Aparentemente la Universal quería demostrar con eso reservas a FHC, por sus actitudes

⁶⁰ *Folha Universal*, 25.9.94. Tivemos informações que em muitos templos da IURD essa edição não foi distribuída para o povo. Os pastores não queriam fazer propaganda indireta de Lula. Um membro da IURD nos procurou para tirar xerox de partes desse exemplar, pois na sua igreja o pastor não permitira a circulação dessa edição e ele, um leigo, fazia questão de participar da campanha pró-Lula presidente.

⁶¹ Cf. Reginaldo PRANDI e Antônio Flávio Pierucci, op. cit. p. 19 e 21. Prandi e Pierucci trabalharam a partir de dados colhidos em quase 21 mil entrevistas em todo o País, o que permitiu aos autores uma enorme mobilidade de cruzamentos e conclusões.

y actos contrarios a esa iglesia. Graças a essa estratégia a IURD conseguiu estabelecer compromissos eleitorais, em diversos Estados e em nível federal, com a entourage do Presidente, conseguindo em troca disso barrar alguns processos que contra ela estavam em andamento na justiça. No final das eleições FHC se reelegeu em primeiro turno atingindo 35,9 milhões de votos (53,06%), em um total de 67,7 milhões de votos válidos. Enquanto isso, o segundo colocado, Lula, conseguiu 21,4 milhões de votos (31,71%) e o terceiro, Ciro Gomes, atingiu um percentual de 10,97%.

O voto evangélico não alterou os dados da eleição para presidente, mas se fez notar a sua força na eleição de 44 deputados federais evangélicos. Desse total, 17 são da IURD, quatro do Estado do Rio, de onde saiu eleito o bispo Carlos Rodrigues, chefe das campanhas políticas dentro da IURD, desde o final dos anos 80. Assim a IURD, que teve apenas um deputado federal, na Constituinte de 1988; três em 1990; seis em 1994; alcançou o significativo número de 17 deputados federais em 1998. No Estado do Rio, aonde há de 600 a 800 mil seguidores da IURD, os evangélicos elegeram 13 deputados estaduais, sendo seis deles dessa Igreja. Em uma das sondagens feitas por jornalistas chegou-se a uma conclusão que 95% dos membros da IURD declaram votar em candidatos da própria Igreja. Em São Paulo se reelegeu deputada uma irmã do bispo Macedo e no Rio de Janeiro um outro seu irmão.

Na Câmara Federal, como há muitos temas que interessam de perto ao império construído pela Igreja Universal, os seus deputados procuram se integrar em comissões chaves, onde possam interferir como grupo parlamentar de pressão, defendendo os interesses da Igreja. Assim acontece no âmbito estadual e municipal. Por isso, a bancada da IURD se apresenta como mais coesa e unida que a do próprio Partido dos Trabalhadores, que durante muito tempo era apresentada como bancada exemplar nas manifestações e votos no parlamento.

Campanha eleitoral de 2002

Já nas eleições de 2002 o partido do bispo Rodrigues (PL) tentou uma coligação com a candidatura Lula, que até junho de 2002 parecia invencível, talvez já no primeiro turno das eleições. O interesse da liderança do PT em coligar foi, contudo, muito mal visto pelas bases oriundas da esquerda trabalhista, as quais pressionaram, juntamente com a Igreja Católica para a não-realização dessa aliança. Para todos eles, por detrás de tudo estava o interesse da Igreja Universal de conseguir um melhor espaço num possível

governo Lula e deste nos votos evangélicos, os quais sempre lhe escaparam pela desconfiança dos fundamentalistas e conservadores, hegemônicos nos meios protestantes.

Cabe lembrar que a eleição de 2002 é a primeira que ocorrerá após a divulgação dos dados sobre o crescimento dos evangélicos nos anos 90. Sobre isso é importante lembrar alguns números, publicados pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), do governo federal. Nele há dados que indicam a extensão das mudanças que ocorreram no campo religioso brasileiro nos últimos 10 anos. Por exemplo: o número dos que se declaravam católicos caiu de 95,2% (1940), 93,1% (1960), 89,2% (1980) e 83,80% (1990) para 73,80% (2000). Os evangélicos, que eram 9,1% da população brasileira, pularam para 15,5%. Os “sem religião” também aumentaram de 4,8% para 7,3%. Já os que se declararam pertencer a “outras religiões” subiram de 2,4% para 3,6%. No computo geral da população brasileira, os evangélicos (protestantes históricos, pentecostais e novos pentecostais) subiram de 13,3 milhões para 26,1 milhões, dobrando portanto o número de fiéis em 10 anos. O crescimento no número de convertido às igrejas, seitas e denominações evangélicas, aliado ao aumento da fidelidade dos novos convertidos aos seus respectivos pastores e templos, causaram sem dúvida alguma, essa enorme e crescente visibilidade política dos evangélicos no Brasil. Nesse mesmo Censo, os espíritas (kardecistas) são 1,4% da população brasileira, correspondendo a 2,3 milhões de pessoas; os cultos afro-brasileiros, que eram 0,4% (1991), caíram para 0,3% (2000), enquanto se constatou haver 245 mil budistas, 101 mil praticantes do judaísmo e apenas 18 mil islâmicos, mas 67 mil declararam praticar “religiões esotéricas”.

Quanto as eleições de 2002 o que temos ainda, neste mês de julho, são apenas campanhas de pré-candidatos à presidência da república, governo dos Estados, senado federal, câmara dos deputados federal e estadual. Os evangélicos estão pela primeira vez participando com um candidato, que se apresenta como legítimo representante desses 26,1 milhões de brasileiros. O candidato dos evangélicos é o ex-governador do Estado do Rio, Anthony Garotinho, que se converteu ao protestantismo em 1994, após um acidente automobilístico.⁶² Garotinho adquiriu esse nome por causa de suas atividades na mídia, aonde aprendeu a assumir um performance pública e a trabalhar a sua

⁶² A conversão de Garotinho está relatado em um livro escrito para tornar a sua candidatura mais conhecida nos meios evangélicos. Cf. Garotinho, Anthony. *Virou o carro, virou a minha vida – bendito acidente que me deu a verdadeira vitória*, Rio de Janeiro, Agência Soma, 2001.

imagem. A rigor ele não é bem um “político de Cristo” fabricado por uma Igreja e sim um político populista que assumiu uma filiação religiosa para alavancar a sua candidatura para o governo do Rio e, depois, para a presidência da República.

A trajetória política de Garotinho começa com um envolvimento na política estudantil sob influência do Partido Comunista Brasileiro. No início dos anos 80, em Campos, Estado do Rio de Janeiro, foi um dos fundadores do Partido dos Trabalhadores. Trocou de partido em 1983, passando para o Partido Democrático Trabalhista (PDT), liderado por Leonel Brisola. Em 1986 conseguiu se eleger deputado estadual, em 1988 voltou a se candidatar e se elegeu prefeito de Campos. Em 1994, depois de passar alguns meses no governo de Brisola como Secretário da Agricultura, Abastecimento e Pesca, se candidatou a governador, mas não se elegeu. Em 1996 se elege, novamente, prefeito de Campos, com 74% dos votos válidos. Foi em 1998 que, liderando uma coligação de partidos populistas e de esquerda, Garotinho conseguiu se eleger governador do Estado do Rio, tendo ao seu lado, como vice-governadora, a também evangélica, negra, ex-favelada, ex-pentecostal, hoje presbiteriana, Benedita da Silva. A coligação partidária que o elegeu se chamava “Frente Muda Rio”.

A IURD apoiou os candidatos dessa coligação, mas depois tirou proveito dessa aliança, colocando alguns de seus pastores dentro da máquina de Estado, desviando recursos para atendimento de sua clientela, dentro de um autêntico estilo clientelista. Porém, já no início do seu mandato, Garotinho abandonou o PDT, se filiando posteriormente ao Partido Socialista Brasileiro (PSB), por meio do qual saiu candidato à presidência.

No governo, Garotinho, prestigiou líderes evangélicos. O deputado federal, Francisco Silva, um pentecostal de uma igreja autônoma, também radialista, de discutida moral no Rio de Janeiro, foi para a Secretaria da Habitação. Um outro pastor, Everaldo Dias Pereira, da Assembléia de Deus, assumiu um importante cargo no Gabinete Civil. Porém, foi o lançamento de um programa social intitulado “cheque cidadão”, que prometia a emissão de um cheque de R\$100,00 (cem reais) por mês as pessoas cadastradas em uma das igrejas responsáveis pelo controle do projeto. Das 270 igrejas ou entidades religiosas cadastradas, 84% eram igrejas evangélicas escolhidas pelo pastor Everaldo. Esse uso da máquina estatal para fins de proselitismo religioso e político levou um prestigioso período de São Paulo a registrar:

“A coalizão evangélica que hoje governa o Estado traz uma fórmula de maior gravidade: como nos estados teocráticos, assistimos à despolitização do espaço público; vivemos um retrocesso em nossa experiência republicana de separação entre Estado e Igreja; vemo-nos diante de uma liderança inimputável por seus

atos administrativos, já que é porta-voz da palavra de Deus” (Folha de S.Paulo, 16/12/00).

Os adversários de Garotinho tem considerado o seu estilo um exemplo de “populismo bizarro” ou um “populismo teocrático”, resultante de uma forte presença do “coronel eletrônico”, que teria substituído no mundo urbano o antigo coronel das zonas rurais, que manipulava o comportamento eleitoral por meio do “voto de cabresto”. Um antigo companheiro de Garotinho, do PT, Chico de Alencar, declarou à revista *IstoÉ*: “Garotinho está praticando um populismo messiânico”.⁶³ Durante e após a sua saída do governo, para poder se candidatar a presidente, algumas denúncias de irregularidades foram levantadas contra a sua política.

Durante a campanha eleitoral a opinião pública tem sido alertada para elas, inclusive para o aumento e não a diminuição da violência no Estado. O que possivelmente tenha levado Garotinho a ocupar um modesto quarto lugar nas pesquisas de intenção de votos, em julho de 2002. Porém, no decorrer da campanha, Garotinho tem explorado uma faceta pragmática ao afirmar: “*Se tanta gente se acha com direito de ser candidato à presidência da república e não administrou nem uma padaria, por que eu, que tenho experiência administrativa não posso ser candidato?*” Para o público não evangélico ele se considera como alguém que tem uma contribuição para dar ao país e que só as forças que hoje estão na oposição podem realizar tais necessidades do Brasil e que isso é “uma questão política e não religiosa”. Já para os evangélicos ele repete em cultos pelo Brasil todo que vai ser um “presidente que vai discutir valores e se preocupar com a família”. Seu slogan para pedir votos é: “Ele é meu irmão, ele é crente, mas eu voto nele porque ele é competente”. Em uma cerimônia em Brasília, na Igreja Sara Nossa Terra, ajoelhado ouviu o bispo Robson Rodvalho a afirmar que a candidatura de Garotinho é “um projeto divino” e não um “projeto humano”.⁶⁴ A Igreja Universal do Reino de Deus está participando ativamente da campanha de Garotinho, juntamente com o bispo Marcelo Crivela, candidato a senador, um jovem engenheiro, campeão protestante na venda de discos, construtor de mega-templos da IURD e possível sucessor de Edir Macedo, seu tio, na direção da Igreja.

Contudo, a partir de agosto entra a fase do horário político obrigatório em todas as emissoras de rádio e de televisão do país. Para essa fase, Garotinho, afirma à *Folha de*

⁶³ IstoÉ, 24/05/00, p. 36.

⁶⁴ Denise Madueno, “Candidato faz apelo a evangélicos”, *Folha de S.Paulo*, 22-07-02.

S.Paulo,⁶⁵ que “aposta na televisão para subir nas pesquisas”, pois se sente prejudicado em sua campanha pela falta de recursos, que segundo ele, sobra para os demais candidatos. Sem dúvida, será nesse período, na televisão sobretudo, é que o perfil dos candidatos irá se definir, embora retocados pela presença dos marketeiros que jogam um importante papel nas campanhas políticas no Brasil, principalmente por causa da televisão.

Conclusão

Podemos então perceber que alterações políticas e econômicas, tendem a provocar mudanças no campo religioso e que nesse novo contexto as suas relações com a sociedade não mais permitem o luxo de uma religiosidade de evasão, pois até para sobreviver e defender as suas metas, as organizações religiosas são obrigadas a criar mecanismos de representação política mais afinados com seus interesses. A politização de uma Igreja é uma consequência natural da multiplicação dos espaços ocupados por ela na sociedade e do aumento de seus interesses patrimoniais, financeiros e burocráticos. A Igreja Universal não é uma exceção, pois ela precisa de um grupo de pessoas de confiança para defender seus interesses nas várias instâncias políticas, criando assim seu próprio lobby, aqui considerados como os “políticos de Cristo”.

Há um debate em andamento sobre a democratização na América Latina. O crescimento das seitas, denominações e igrejas, pentecostais ou carismáticas, é ou não é incompatível com a democracia? É claro que um debate ao redor dessa questão tem que passar necessariamente sobre o que é democracia, superando assim os limites deste texto e do tempo disponível. Mas, talvez a questão básica possa ser melhor expressa nestas perguntas: o movimento pentecostal abre caminho para uma nova onda democratizante cristã no Brasil?

O poder político da IURD, que tem em mãos uma cadeia de rádio e outra de televisão, recursos financeiros e quase duas dezenas de representantes na Câmara dos Deputados em Brasília, marcou o surgimento de uma nova forma de colocar em prática uma política dos evangélicos no Brasil. É interessante também observar que o comportamento dos “políticos de Cristo” não passa pela valorização do sistema partidário e nem de possíveis ideologias políticas. Pesa no comportamento deles,

⁶⁵ Eloi de Oliveira, “Garotinho aposta na televisão para subir nas pesquisas”, *Folha de S.Paulo*, 22-07-02.

enquanto políticos, as demandas corporativas oriundas de suas respectivas igrejas. É importante não perder o apoio delas, pois sem elas o “político de Cristo” nada é, e perde a função de locutor de um discurso que não lhe pertence. O “político de Cristo”, tal como o pastor, “o homem de Deus”, é uma figura vazada, que a instituição, as massas ou as circunstâncias preenche.